

Pressionado, Argello propõe retirar projeto

Sibele Negromonte
Da equipe do **Correio**

A ofensiva contra a aprovação do projeto de lei 2199/2001 venceu mais um round. O presidente da Câmara Legislativa, deputado Gim Argello (PMDB), vai sugerir ao governador Joaquim Roriz a retirada de votação do projeto que pede autorização ao Legislativo para a venda de 53 terrenos, a maioria localizada no Plano Piloto. "Grande parte da sociedade não está de acordo. Alterações necessárias deverão ser feitas, e uma ampla discussão, aberta", justifica.

O deputado tomou a decisão depois de ouvir prefeitos das superquadras do Plano Piloto por quase três horas, no final da tarde de ontem, no auditório da Câmara Legislativa. A reunião, convocada às pressas pelo próprio Gim Argello, foi motivada pela reper-

cussão negativa que o anúncio da votação do projeto de lei provocou entre os moradores de Brasília. Os lotes propostos para a venda somam quase 500 mil m². Eles pertencem ao patrimônio do Distrito Federal e estão reservados à construção de equipamentos públicos: escolas, postos de saúde, quadras de esporte e clubes de vizinhança.

A reunião começou tensa. O prefeito da 203 Sul, Armando Ismail, e o consultor Jurídico do DF, Paulo César Ávila, desentenderam-se sobre quem iniciaria a discussão em relação ao projeto. Paulo César, um dos representantes do executivo no encontro, queria primeiro ouvir os moradores — o que não foi aceito pela maioria. "Estamos aqui para ouvir", retrucou Armando Ismail. O consultor deixou o local pouco depois do início da reunião. Coube ao presidente da Terracap, Eri

Varella, a tarefa de convencer a platéia de que o projeto de autoria do GDF não representava uma agressão ao tombamento de Brasília. Varella não teve sucesso.

INCOMPETÊNCIA

Segundo ele, a justificativa para o governo se desfazer do patrimônio é a ociosidade de mais de 40 anos das áreas. O argumento foi rebatido pelos líderes comunitários. "Se hoje existem áreas abandonadas, é por pura incompetência do governo. Não é preciso muita coisa para adequá-las ao uso público. Basta uma boa iluminação e urbanização e a colocação de equipamentos de lazer", respondeu a presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Heliete Bastos.

O argumento de que o projeto de lei não significará mudança de destinação de área também foi fortemente criticado. Apesar

de o texto especificar que a empresa compradora do terreno terá que construir exatamente o que propõe o projeto original, o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB) não tem dúvida de que as alterações virão. "Qual empresário vai investir em um clube de vizinhança?", perguntou.

Tânia Battella, coordenadora de políticas urbanas do Instituto de Arquitetos do Brasil - seção DF, foi mais longe. Estudou a planta da cidade e constatou que nos locais onde, por exemplo, o projeto de lei especifica que os terrenos serão ocupados por escola, devem, na realidade, abrigar Escolas Parque. "Há uma grande diferença entre escola e Escola Parque. Isso significa, na prática, mudança de destinação", concluiu.

O presidente da Terracap se comprometeu a levar todas as críticas ouvidas no encontro ao governador Roriz.

MARIA ELISA COSTA DEIXA CONSELHO

A arquiteta Maria Elisa Costa, filha do urbanista Lucio Costa, pediu ao governador Joaquim Roriz o seu desligamento do Conselho Técnico de Preservação de Brasília. Em carta enviada no dia 22 de agosto, Maria Elisa, que mora no Rio de Janeiro, alegou estar envolvida com a organização do acervo do pai e com os eventos programados para 2002, ano do centenário de nascimento de Lúcio Costa, morto em 1998. Ela observou que, "apesar do Conselho ter sido instituído com a melhor das intenções, o modo como está estruturado não é compatível com as responsabilidades por ele assumidas". E completou: "Seria necessária uma estrutura técnica com maior autonomia e poder para ter presença atuante e eficaz na preservação do Plano Piloto."



PREFEITOS DE 35 QUADRAS DO PLANO PILOTO FORAM AO DEBATE SOBRE PROJETO DE LEI NA CÂMARA LEGISLATIVA

Wasny busca apoio de Niemeyer

O deputado distrital Wasny de Roure (PT) vai buscar um aliado de peso na mobilização contra o projeto de lei 2199/2001. Hoje, às 11h, ele tem um encontro marcado com Oscar Niemeyer, no escritório do arquiteto no Rio de Janeiro. Wasny vai levar uma cópia do projeto, de autoria do executivo, que permite a venda de ter-

renos na área tombada da cidade. "Vou tentar sensibilizá-lo para as agressões que Brasília vem sofrendo. A opinião do homem que desenhou a cidade é importante para as autoridades locais e federais", acredita.

O deputado vai aproveitar o encontro para apresentar o texto proposto pelo governo para o Plano Diretor de Publicidade,

que deverá ser votado ainda este ano na Câmara Legislativa. "No plano, há também muitas agressões a Brasília. Já vou começar a mobilização", antecipa. Wasny de Roure também pretende procurar a arquiteta Maria Elisa Costa, filha do urbanista Lucio Costa, e buscar o seu apoio.

Ontem, o parlamentar entregou cópias do projeto de lei

2199/2001 ao procurador da República Alexandre Camanho e ao promotor de Defesa da Ordem Urbanística do DF Libânio Alves. Ele reivindica uma providência do Ministério Público. O parlamentar entende que, da forma como está escrito, o projeto do governo significa, na prática, mudança de destinação de área.